

## Território-rede e as geografias da internet<sup>1</sup>

Sonia Aguiar<sup>2</sup>

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE)

### Resumo

Este artigo discute a aplicação crítica da ideia de desterritorialização aos estudos acerca da Internet e do ciberespaço, apontando para as noções de território-rede e de multiterritorialidade como aquelas que mais dão conta das realidades derivadas da capilarização mundial das ações humanas em rede. Argumenta-se que os próprios indicadores que norteiam os estudos dessas relações reticulares, em termos de estrutura física de base tecnológica, de demografia, de transações comerciais e financeiras ou de seus usos sociais, não são dissociáveis de alguma territorialidade. Como evidência empírica, apresenta-se a experiência da Rede APC – Association for Progressive Communications, uma organização internacional criada em 1990 (pré-abertura comercial da Internet), que atua por meio da promoção e uso das TICs nas escalas local, regional, nacional e global.

### Palavras-chave

redes de comunicação; internet; território-rede; multiterritorialidades; territórios alternativos

### 1. Entre territórios e redes

A expressão “geografia da internet” foi disseminada na literatura recente da área de Comunicação a partir de Manuel Castells (2003), para quem a “dimensão geográfica da Internet pode ser analisada a partir de três perspectivas: sua geografia técnica, a distribuição espacial de seus usuários e a geografia econômica da produção da Internet” (p.170). Porém, a bem da verdade, essas perspectivas podem ser aplicadas a qualquer sistema de comunicação territorializado (jornal, rádio, TV, agências de notícias). Ou seja: a infraestrutura técnica e tecnológica que viabiliza a produção e circulação das mensagens; a localização e composição demográfica do público-alvo ou da audiência a que essas mensagens (ou conteúdos) se dirigem; e a geração de negócios e circulação de capital correspondente a cada um desses sistemas (incluindo aí suas formas de financiamento e demais relações econômicas geradas).

O diferencial das geografias da comunicação na Internet (assim mesmo, no plural) está justamente no fato de se tratar de um sistema multidimensional e multiterritorial por

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, durante o XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), coordenadora do GP Geografias da Comunicação Regional (CGR). Email: saguiar.ufs@uol.com.br

natureza, formado por bases física, demográfica e econômica espacialmente distribuídas, capilarizadas por múltiplos territórios. Logo, um sistema aberto, sujeito a múltiplos ordenamentos jurídico-políticos, referenciais ideológicos e contextos socioculturais, não incluídos na tríade de Castells. Além disso, cada uma dessas perspectivas é desdobrável em outras dimensões e variáveis que remetem sempre a algum tipo de territorialidade.

Por mais que as discussões sobre ciberespaço, cibercultura e cibernidade tendam a valorizar as relações virtuais como imateriais, supostamente atemporais e desterritorializadas, autores da Geografia como Paul Adams (2005), Rogério Haesbaert (2011), Coelho Neto (2013) e André-Louis Sanguin (2014), entre outros, fornecem evidências de que as noções de multiterritorialidade e território-rede derrubam a tese do “fim da geografia” e do “mundo plano”. A começar pelo fato de que nenhuma conectividade se realiza sem a infraestrutura de *backbones*, cabos de fibra ótica, cabos submarinos, antenas receptoras de sinais de satélite, antenas distribuidoras de sinal de celular e provedores de acesso aos recursos das redes (conteúdos e aplicativos), ou seja, “os dutos que compõem as redes”, todos devidamente fincados em alguma localidade.

Coelho Neto (2013) lembra que, vinte anos atrás, Roger Brunet já considerara a geografia como uma ciência dos territórios e das redes, em artigo publicado em 1995. Porém, as redes observadas pelos geógrafos tendiam sempre a ser aquelas baseadas em alguma materialidade (redes de equipamentos urbanos, redes viárias, redes de cidades). No âmbito dessa disciplina, o termo “comunicações” ainda costuma se referir às telecomunicações, às comunicações eletrônicas e, ultimamente, às tecnologias digitais. Só mais recentemente outras dimensões da comunicação humana, incluindo as da subjetividade, têm atraído a atenção de alguns geógrafos. Afinal, a informação circula por “fluxos imateriais” que não podem ser descolados da estrutura física, tecnológica e humana que os suporta e viabiliza, e que estão baseados em algum território carregado de relações sociais e culturais (AGUIAR, 2013, p.33).

Para Paul Adams (2010, p.39), é importante que os pesquisadores da área não se atenham apenas aos ingredientes materiais das comunicações, mas prestem atenção também aos elementos sociais, como linguagens, códigos, instituições, crenças, conhecimento, arcabouço normativo etc. No livro *The boundless self* (2005), ele afirma que a comunicação tem muitas camadas, e que as teorias derivadas dos estudos sobre sinais e signos são insuficientes para mapear o espaço da comunicação em sua totalidade. Sua visão de “espaços virtuais”, por exemplo, não se restringe à mediação tecnológica, mas corresponde a um “contexto de interação e sensação” (uso dos sentidos de ver, ouvir, falar, ler). Ele lembra que “as movimentações entre os espaços físico e virtual requerem um conjunto de habilidades e de

conhecimento que derivam desses dois mundos” e que a comunicação também se realiza em escalas, já que as mesmas tecnologias podem ser usadas tanto para conectar milhões de pessoas quanto apenas duas (ADAMS, 2005, pp.16-17).

Ao combinar de forma complexa o material e o imaterial, as redes contemporâneas “configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica”, de acordo com Haesbaert (2011, p.281). Nesse contexto, o território torna-se também “um movimento dotado de significado, de expressividade”, tanto para quem o constrói quanto “para quem dele usufrui” (idem). Haesbaert (2011, p.279) contesta que “sociedade em rede” seja, obrigatoriamente, sinônimo de desterritorialização, “pois em geral significa novas territorializações, aquelas em que o elemento fundamental na formação de territórios, a ponto de quase se fundir com eles, é a rede”.

Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes (...) (HAESBAERT, 2011, p.279).

Nesse contexto, “territorializar-se” envolve tanto enraizamento quanto mobilidade, e “significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (p.280). Na era das redes e da geolocalização, intensificam-se os movimentos de desterritorialização e reterritorialização, gerando novos “territórios construídos através da mobilidade humana” (idem). O perfil do diretor executivo da Sangonet – uma rede de ONGs da África do Sul – é uma pequena amostra do que representa essa mobilidade contemporânea. Em mais de 18 anos de atuação no setor não-governamental, Kenneth Thlaaka já trabalhou com programas de desenvolvimento em 16 países de diferentes continentes: Bélgica, Reino Unido, Suécia, Suíça, Moçambique, Botsuana, Lesoto, Namíbia, Zâmbia, Zimbábue, Malauí, Angola, República Democrática do Congo, Ilhas Maurício, Seychelles e Tanzânia<sup>3</sup>.

A multiterritorialidade e o território-rede apresentam-se, aí, como noções problematizadoras das espacialidades contemporâneas. Com base no pensamento de vários autores, geógrafos e não-geógrafos, Haesbaert (2011) problematiza a dicotomia que opõe território e rede, observando suas dinâmicas complementares. Assim, vê na rede um “duplo papel desterritorializador-reterritorializador”, fundamental para entender as relações

---

<sup>3</sup> Ver em: <http://www.ngopulse.org/about>

reticulares que atravessam territórios, sobretudo em âmbito pretensamente global. Para Marcelo Lopes de Souza (1995, *apud* Haesbaert, 2011, p.297), o termo território-rede “representa uma ‘ponte conceitual’ que reúne a contiguidade espacial do território ‘no sentido usual’ e a descontinuidade das redes”. Permite, assim, “visualizar diferentes formas territoriais, superpostas e descontínuas, de articulação do poder – ou de diferentes tipos de relação de poder” (*idem*).

## 2. Variáveis das “geografias da internet”

Tomando-se por base as três perspectivas de estudos das geografias da Internet propostas por Castells – a técnica, a econômica e a relativa ao seu uso, vislumbram-se inúmeras possibilidades de análise que envolvem variáveis espaciais e territoriais, e diversas possibilidades de imbricações entre elas.

Na perspectiva técnica, entram geralmente a expansão da rede física que viabiliza as interligções; o aumento do número de aparelhos em uso; a quantidade de provedores em cada localidade ou de backbones regionais; a qualidade ou limitações das conexões, entre outros. Mas ainda são poucos os estudos que associem esses tipos de dados a uma análise crítica das políticas públicas e dos embates regulatórios em âmbito nacional e internacional, como o marco civil da Internet, a questão da neutralidade da rede e a universalização da infraestrutura da banda larga para acesso gratuito ou a baixo custo.

Algumas dessas questões têm implicação na perspectiva demográfica, cuja preocupação clássica tem girado em torno das medições do número de usuários que acessam a rede, o que pode levar tanto a uma abordagem crítica sobre índices de exclusão e metas de inclusão, quanto a um enfoque economicista, que enxerga no crescente uso da Internet oportunidade de negócios e audiência para fins publicitários. Aí também aparecem medições comparativas (*rankings*) de usuários por país ou por plataforma, geralmente anuais, mas raramente se observam estudos diacrônicos que procurem interpretar a evolução desses desempenhos ao longo do tempo, com seus fatores de ordem econômica mas também política e sociocultural, e suas lacunas (áreas vazias de conexão).

No Brasil, por exemplo, a aferição da quantidade de usuários de Internet tem sido feita anualmente por duas fontes bastante respeitadas: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, e a pesquisa TIC Domicílios do NIC.BR<sup>4</sup>. Os números

---

<sup>4</sup> O Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, que registra e administra o domínio que identifica o Brasil na Internet e todos os seus subdomínios (com.br, org.br, net.br etc). Ver em: <http://www.nic.br/>

gerados por ambas – continuamente crescentes – costumam ser divulgados de forma otimista, tanto pela mídia quanto pelo meio acadêmico. Afinal, de acordo com as duas entidades, passamos da faixa de 35 milhões para a entre 94 e 95 milhões de usuários entre 2006 e 2014, e de 34% para 55% da população com 10 anos ou mais, entre 2008 e 2014. Porém, se levarmos em conta que ambas consideram “usuário de internet” quem acessou a rede “pelo menos uma vez, nos 90 dias que antecederam à entrevista”, logo se concluiria que os números estão muito longe de revelar um Brasil conectado.

Em âmbito internacional, observa-se o surgimento de um mercado de levantamento de dados e análises estatísticas dos usos e comportamento de usuários das plataformas de redes e mídias sociais (genericamente denominadas em inglês *social media analytics*). Analistas desse mercado na Europa e nos EUA consideram que o marketing de mídias sociais é hoje um dos mais importantes canais para quase todo tipo de negócios no mundo. No entanto, para fins acadêmicos, sobretudo a partir de uma perspectiva crítica, é preciso atenção às metodologias com que os fornecedores dessas ferramentas trabalham, que envolvem: variáveis demográficas (usuários inscritos, visitantes únicos, quantidade de acessos, usuários ativos etc); variáveis comportamentais (formas de acesso, perfil de navegação, conteúdos lidos, recursos utilizados etc); abrangência geográfica e periodicidade de apuração dos dados. E nem todas são comparáveis, por serem específicas de determinadas plataformas ou contextos geográficos (AGUIAR, 2014).

Um exemplo de como as territorialidades das tecnologias digitais, da circulação do capital e das questões socioculturais se entrelaçam pode ser extraído de uma reportagem publicada pela Revista Exame, sobre a forma de atuação de um fundo de investimento em negócios online formado por capital alemão e sueco, que tem preferência por atuar em países ditos “emergentes” (LEAL, 2014). A matéria conta que os irmãos alemães Oliver, Alexander e Marc Samwer, do Rocket Internet, que tem o fundo sueco Kinnevik como sócio, chegaram ao Brasil em 2010 e em apenas dois anos criaram cinco empresas com atuação exclusiva pela Internet, em cinco ramos diferentes de negócios: uma varejista de moda (Dafiti), uma loja online de móveis e artigos de decoração (Mobly), uma de artigos para bebês (Tricae) e outra que vende tênis e artigos esportivos (Kanui), além do aplicativo de celular Easy Taxi, que em pouco tempo “virou uma multinacional com escritórios em 32 países” (idem). Depois vieram os sites de entrega de comida (Hellofood), de compra de passagens de ônibus (ClickBus) e de caronas pagas (Tripda).

Todas essas empresas faturam dezenas ou centenas de milhões de reais, mas “perdem mais dinheiro do que ganham”, segundo a autora da reportagem. “As causas das dificuldades são as mesmas para todo o setor de varejo online no Brasil: como a concorrência é alta, as lojas gastam até 30% da receita com publicidade e oferecem frete grátis e ótimas condições de financiamento” (LEAL, 2014). Em julho de 2014, após uma mal sucedida troca do sistema de tecnologia que integra vendas e estoque, a Dafiti perdeu dezenas de milhares de pedidos já processados e tornou-se a campeã de queixas do site Reclame Aqui e do Procon-SP. Ou seja, caiu das “nuvens” para enfrentar o código de defesa do consumidor vigente no território brasileiro.

Para atuar em tantos mercados, o Rocket “recruta jovens engenheiros com experiência em consultorias como McKinsey e Accenture, recém-saídos de MBAs em escolas de negócios renomadas da Europa e dos Estados Unidos, e lhes oferece a chance de ganhar uma bolada no futuro com um pacote de ações” (LEAL, 2014).

O fundo tem participação em mais de 70 empresas de varejo online, pagamentos digitais e aplicativos para celular (a maior parte deles cópia de sites americanos) em cerca de 100 países. Emprega mais de 20.000 pessoas e faturou 900 milhões de dólares em 2013 (LEAL, 2014, online).

Mas tamanha multiterritorialidade também tem seus percalços transculturais.

Enquanto Google e Facebook conseguem boa parte de sua receita na Europa e nos Estados Unidos, a Rocket gosta mesmo é dos mercados emergentes. Isso, obviamente, exige um enorme apetite por risco. No interior da Índia, a probabilidade de assalto aos entregadores era tão grande que a empresa decidiu enviar os produtos não mais para a casa das pessoas, mas ao posto de gasolina mais próximo.

Em Lagos, na Nigéria, faltavam prédios comerciais para abrigar as *startups*, então elas tiveram de alugar casas residenciais e adaptá-las. A cidade escolhida para abrigar a sede da Rocket no Oriente Médio é o Cairo, no Egito, que vive em clima de tensão permanente (LEAL, 2014, online).

### 3. Um território-rede alternativo: a experiência da APC

Inspirado na clássica obra de Felix Guattari e Suely Rolnik, *Micropolítica – Cartografias do Desejo*, Haesbaert (2013) identifica a possibilidade de emergência de “territórios alternativos” em meio à “mobilidade pretensamente ilimitada do capital”, como resposta “à dinâmica múltipla e fragmentária do espaço social”<sup>5</sup>.

Ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam “micropolíticas” capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes –, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada.

<sup>5</sup> Em texto originalmente publicado no *Caderno Ideias* do Jornal do Brasil, em 21/03/1987.

(...) Surgem, então, movimentos sociais que tentam impor suas especificidades em diferentes escalas territoriais (...) (HAESBAERT, 2013, p. 14-15).

Foi nessa direção que, no início dos anos 1980, um grupo de membros de instituições de quatro continentes começou a criar as bases para o que se tornaria a primeira rede de alcance mundial de acesso exclusivo a ativistas e apoiadores de causas ligadas a justiça social, direitos humanos e desenvolvimento sustentável, a Interdoc.

A rede era usada para informar e fortalecer sindicatos, conectar ativistas de grupos de base, facilitar a pesquisa e a educação comunitárias, suplantando barreiras políticas internacionais, coletar e circular dados sobre direitos humanos, e disseminar informação sobre desenvolvimento sustentável (MURPHY, 2005).

A partir dessa experiência, a Interdoc ajudou a fundar a Rede APC – Association for Progressive Communications, adaptada para o português como Associação para o Progresso das Comunicações, que nos anos 1990 se tornaria a maior rede internacional de computadores a serviço de organizações dedicadas a direitos humanos, econômicos e sociais, a justiça ambiental e a mudanças políticas (MURPHY, 2005). Ao completar 25 anos de existência em 2015, a organização que opera em rede para fortalecer os usos sociais da comunicação em rede, lembrou suas origens.

Entre 1982 e 1987, várias redes de computadores nacionais, independentes e sem fins lucrativos emergiram como meios viáveis de informação e comunicação para ativistas e ONGs. As redes foram criadas por pessoas com experiência em comunicação e em colaboração internacional no mundo das ONGs, e que eram profundamente comprometidas com tornar as novas técnicas de comunicação disponíveis para os movimentos que trabalhavam por mudança social. A maioria dessas redes foi criada por um pequeno grupo de pessoas que dispunham de seu próprio equipamento e de todo o seu tempo livre para disseminar a comunicação eletrônica entre seus colegas que trabalham por mudanças (APC History, 2015).

A trajetória dessas redes internacionais começa na região de São Francisco, na Califórnia (EUA), em 1984, com a criação da EcoNet, a partir de cinco computadores doados pela Apple Corporation, para dar apoio às organizações que trabalhavam para o avanço da proteção ambiental global e pela sustentabilidade. No ano seguinte, pacifistas de quatro instituições locais<sup>6</sup> criam um sistema de correio eletrônico que daria origem à PeaceNet, um serviço alternativo de notícias para grupos que trabalham pela paz global, justiça social, direitos humanos, desarmamento e relações internacionais. Na mesma época,

---

<sup>6</sup> Ark Communications Institute, Center for Innovative Diplomacy, Foundation for the Arts of Peace e Community data Processing (CdP - fundada por dez técnicos em computação profissionalizados no Vale do Silício)

mas do outro lado do Atlântico, surgia a GreenNet, um serviço de mensagens eletrônicas destinado a ativistas do movimento ambientalista, paz e justiça social, que mais tarde se tornaria o primeiro provedor de internet não comercial no Reino Unido (LOPES, 1996).

Em 1987, a EcoNet e a PeaceNet foram incorporadas pelo Institute for Global Communications (IGC), criado um ano antes com o objetivo de dar suporte às então emergentes redes mediadas por computador. Com as crescentes demandas, o Instituto transformou-se em um programa de desenvolvimento de redes computadorizadas de baixo custo em países do Hemisfério Sul, com o objetivo básico de fortalecer organizações locais e promover capacitação técnica (LOPES, 1996).

O IGC desempenhou papel chave no desenvolvimento de redes em países como Brasil (AlterNex), Nicarágua (Nicarao), Rússia (GlasNet) e México (Laneta), com apoio das fundações Ford, MacArthur e General Service e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Posteriormente, incorporou mais três redes: ConflictNet (em prol de resolução não-violenta de conflitos), LaborNet (comunicação sindical) e WomensNet. Hoje o IGC (<http://www.igc.org/>) engloba quatro redes: EcoNet, PeaceNet (que incorporou a ConflictNet), WomensNet e AntiRacismNet.

A WomensNet é um dos resultados do Programa de Suporte a Redes de Mulheres, criado pela APC para disseminar o uso de comunicações via computador por mulheres de todo o mundo, e começou a ser formada em 1995, paralelamente ao processo de preparação para a Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, realizada em Pequim (Pequim), da qual foi a principal provedora de informação, através de cinco conferências eletrônicas<sup>7</sup> temáticas (LOPES, 1996).

A LaborNet, criada em 1991 como uma comunidade internacional de sindicatos, militantes e organizações que trabalham em prol dos trabalhadores, tornou-se independente em 1999. Com apoio da APC e de outras organizações de comunicação sindical autônomas que atuam na Internet, a rede estendeu seus nós ao Reino Unido, à Áustria, Alemanha, Coreia do Sul, Turquia e Japão, além dos Estados Unidos, onde nasceu. A LaborNet “defende a Internet da censura e da privatização da informação que limita e destrói nossos direitos de comunicar e de construir um sindicalismo mundial” (About LaborNet<sup>8</sup>)

Todas essas redes nasceram como serviços experimentais de comunicação mediada por computador em pequena escala, utilizando primitivos sistemas de telecomunicações, e evoluíram para estruturas inovadoras, com suporte técnico de alto nível fornecido de modo

<sup>7</sup> Como eram chamadas as listas de notícias e discussões ligadas à Rede APC, nos anos 1990.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.labornet.org/about.htm>



cooperativo, sem fins lucrativos. A proximidade com o chamado Vale do Silício, berço de algumas das principais empresas de tecnologias computacionais do mundo, na região onde tradicionalmente também brotaram os mais criativos e combativos movimentos sociais dos EUA, forneceu as condições territoriais favoráveis à emergência dessas redes.

No entanto, é curioso observar que a maior parte das periodizações do processo histórico que levou à Internet que conhecemos hoje ignora as numerosas redes eletrônicas de caráter local, regional, nacional e até internacional que existiam paralelamente ao sistema oriundo da Arpanet, antes de serem integradas ao seu *backbone*. O que se dissemina é apenas a ideia geral de que a “internet que hoje conecta praticamente todas as redes de computadores do mundo é o produto imprevisto de um período marcado por uma condição geopolítica já historicamente superada” (...), a Guerra Fria (Bolaño, p.167-168). E de que, nos anos 1980, serviços privados de informações e bancos de dados como CompuServe e America Online, lideravam as inovações tecnológicas “no sentido de abrir a um número maior de pessoas e países o acesso à rede” (idem, p.175).

Sobre a Interdoc, que deu origem a esse vasto mundo de territórios virtuais alternativos, nenhuma palavra na ampla bibliografia sobre a Internet (nem mesmo em Castells), embora essa experiência tenha contribuído para “quase todas as histórias contadas nessa sublitteratura”, como observou Brian Martin Murphy (2005), professor de Communication Studies da Niagara University (NY).

A criação de uma associação internacional de instituições empenhadas no desenvolvimento de comunicações progressistas começou a ser discutida no âmbito da Tides Foundation<sup>9</sup> desde o primeiro contato transatlântico entre a EcoNet e a GreenNet. O modelo de gestão pensado era o de um consórcio de redes independentes, sem fins lucrativos, que passassem a atuar de forma coordenada e cooperativa, eliminando a superposição de esforços e a duplicação de conteúdos. A APC foi viabilizada pelas sete redes que àquela altura já compartilhavam recursos informacionais e computacionais, e que assumiram o papel formal de sócias-fundadoras: IGC (EUA), GreenNet (Inglaterra), NordNet (Suécia), Web (Canadá), Nicarao (Nicarágua), Pegasus (Austrália) e AlterNex (Rio de Janeiro, Brasil, operada pelo Ibase, que assumiu durante vários anos a função de Secretariado Internacional da Associação).

Em seis anos, a Associação já reunia 20 membros efetivos (totalizando 23 redes), que formavam a espinha dorsal (*backbone* distribuído) da Rede, e cerca de 50 outras afiliadas

---

<sup>9</sup> Uma entidade filantrópica de São Francisco, Califórnia, criada em 1976 para fomentar o setor das organizações sem fins lucrativos (*non profits*) dos Estados Unidos (<https://www.tides.org/about/history/>).

(entidades parceiras), que juntas atendiam a cerca de 40 mil usuários em todo o mundo (dados de abril de 1996), 13 mil deles concentrados nas então cinco redes do grupo IGC. Em 1995, a APC apresentava-se como “o mais abrangente sistema global de rede de computadores dedicado a questões sociais e ambientais”, fornecendo serviços de correio eletrônico, conferências temáticas, listas de discussão, distribuição de periódicos, organização de eventos e consultas a bases de dados, entre outros, a assinantes espalhados por 133 países (LOPES, 1996).

Passados 25 anos da sua criação, a APC apresenta-se como “uma organização internacional por filiação”, que mescla 47 membros organizacionais de 34 países dos hemisférios Sul e Norte. Para a Associação, o que diferencia seu trabalho do de muitas outras organizações é a combinação do conhecimento e da experiência das suas filiadas na promoção e utilização das TICs a nível local, regional e nacional. “Nosso valor e autenticidade se originam das perspectivas locais e dos contatos com organizações de base, obtidos com e através dos nossos membros” (About APC, 2016)<sup>10</sup>.

Com o compromisso formal de trabalhar pelo “fluxo livre e equilibrado da informação” e pela “redução da defasagem informacional entre nações pobres e ricas”, a APC incentiva suas redes membros e afiliadas a aumentar o fluxo de informação entre países em desenvolvimento e entre os dois hemisférios. As redes APC destinam-se ao uso de ONGs, outros tipos de organizações sem fins lucrativos e aos indivíduos que desejam se comunicar com essas entidades. Desde sua origem, a APC tem pautado sua atuação em duas vertentes principais: a que enfatiza os fluxos de informação com fins emancipatórios; e a que se pauta pela implantação das condições de acesso às TICs, seja pelo “empoderamento” de lideranças locais para influenciar as políticas públicas que viabilizem a infraestrutura de rede, seja pela ação direta de distribuição de equipamentos e capacitação de populações locais para o seu uso. Segundo a Sangonet, das cerca de 122 mil organizações sem fins lucrativos que atuam na África do Sul, apenas uma pequena parte possui equipamentos e conhecimento para utilizar essas tecnologias em seu trabalho de desenvolvimento local.

A distribuição dessas redes pelo mundo segue uma geografia peculiar. Mas nesses 25 anos, o território-rede alternativo da APC passou por processos de desterritorialização e reterritorialização que reconfiguraram significativamente o seu mapa de conexões e cobertura info-comunicacional. Em 1995, quase 60% das associadas efetivas da APC ficavam nas Américas (seis na do Norte, sete na América Latina e Caribe); outras sete delas

---

<sup>10</sup> Disponível em: - <https://www.apc.org/en/about>. Acessado em: 13/07/16.

tinham sede na Europa, duas na Oceania e apenas uma na África. O continente africano, contudo, era em boa parte coberto por 14 redes parceiras que alcançavam dez países de quase todas as regiões (com notável ausência dos situados no Norte). As demais parceiras também se concentravam no lado direito do planisfério: eram 14 na Europa, nove na Ásia e quatro na Oceania e Pacífico Sul; do lado esquerdo apareciam três em Cuba e uma no Chile.

De todas essas redes participantes nos anos 1990, poucas se mantiveram conectadas à APC até 2015, quando 78% das entidades listadas como “membros organizacionais” tinham se filiado a partir do ano 2000. Além das pioneiras do Canadá (Web), dos EUA (grupo IGC) e do Reino Unido (GreenNet), quatro sócias-fundadoras estão fora da Associação: a NordNet, uma rede sediada na Suécia com nós (e domínios próprios) na Finlândia, Dinamarca e Noruega<sup>11</sup>; Nicarao (Nicarágua), que apesar de fomentada pela Regional Coordinating Agency for Economic and Social Research (CRIES) desapareceu sem deixar rastros; Pegasus, que deixou de existir um tempo depois de se tornar o primeiro provedor de Internet da Austrália, tal como aconteceu com o AlterNex no Brasil.

Idealizado pelo engenheiro Carlos Afonso e desenvolvido pelo Ibase, o Alternex foi o primeiro provedor brasileiro de acesso à internet por pessoas físicas, e o primeiro servidor WWW do país fora da comunidade acadêmica. Por conta da sua trajetória e articulações internacionais<sup>12</sup>, a instituição influenciou a política de capilarização dos serviços de internet adotada inicialmente pelo Brasil, de modo a evitar monopólios, que foi encampada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. Esta orientação permitiu o desenvolvimento da espinha dorsal da internet brasileira de uso geral, a RNP, e o nascimento de centenas de provedores, propiciando rápido crescimento no número de usuários. Em 1996, o Ibase transformou o Alternex em uma empresa, que foi vendida no ano seguinte<sup>13</sup>.

Dos demais membros efetivos da APC, apenas Colnodo (Colômbia) e Sangonet (África do Sul) estavam ativas em 2015, e poucas redes parceiras efetivaram-se na Associação após 1995: Pangea (Espanha); JCA-NET (Japão) e StrawberryNet (Romênia). Outros países continuaram a participar, mas com outras redes. Caso do Brasil, que substituiu o Alternex pelo Nupef; da Argentina, que trocou a Wamani pelo Nodo Tau; e de Camarões, Quênia, Uganda, Camboja, Índia, Bangladesh e países bálticos (ver Tabela 1).

<sup>11</sup> Como todo o conteúdo dos sites das quatro redes estão em idiomas nórdicos, não foi possível avaliar o seu perfil de atuação. Ver em: <https://www.nordnet.se/>; <https://www.nordnet.no/> ou <https://www.nordnet.fi/>

<sup>12</sup> Além de ter sido nó da APC para toda a América do Sul, operou o Centro de Informações das Nações Unidas durante a ECO-92, a conferência mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

<sup>13</sup> Informações coletadas em: <http://www.ibase.br/en/2011/07/alternex/>

**Tabela 1 – Membros da APC em 1995 e 2015**

| Região                             | rede em 1995   | rede em 2015   |
|------------------------------------|--|--|
| <b>América do Norte</b>            | Web (Canadá + Cuba)<br>PeaceNet<br>EcoNet<br>LaborNet<br>ConflictNet<br>WomensNet<br>} Grupo IGC   | Web Networks; eQualit.ie; Alternatives*;<br>Institute for Global Communications (IGC)**;<br>LaborNet; May First/People Link<br><br>*com atuação em RD Congo, Haiti, Marrocos, Níger; ** com atuação em China e Japão   |
| <b>América Latina &amp; Caribe</b> | ColNodo (Colômbia); LaNeta (México);<br>Nicarao (Nicarágua); <i>Ceniai</i> , <i>TinoRed</i> ,<br><i>RedDavid</i> (Cuba); Wamani (Argentina);<br>AlterNex (Brasil); <i>Reduc</i> (Chile); EcuaneX<br>(Equador); Chasque (Uruguai, Paraguai)   | Colnodo (Colômbia); Instituto DEMOS;<br>Cooperativa Sulá Batsú; Nodo Tau (Argentina);<br>Nupef (Brasil); Fundación REDES para el<br>Desarrollo Sostenible (Bolívia); ONG Derechos<br>Digitales; Asociación Trinidad Comunicación,<br>Cultura y Desarrollo (Paraguai); EsLaRed<br>(Venezuela) |
| <b>África</b>                      | SangoNet (África meridional); <i>AngoNet</i><br>(Angola); <i>Canfido</i> (Camarões); <i>Padis</i> (Etiópia);<br><i>FOEGhana</i> , <i>GhastiNet</i> (Gana); <i>ELCI</i> ,<br><i>ThornTree</i> (Quênia); <i>Endadak</i> (Senegal);<br><i>Hnettan</i> , <i>Unidar</i> , <i>Marie</i> (Tanzânia); <i>Mukla</i><br>(Uganda); <i>ZamNet</i> (Zâmbia); <i>Mango</i><br>(Zimbábue)                                 | SangoNet; Women'sNet; Community Education<br>Computer Society (CECS); PROTEGE QV<br>(Camarões); AZUR Développement (Congo-<br>Brazzaville); Fantsuam Foundation, Centre for<br>Information Technology and Development<br>(Nigéria); ALIN, KICTANet (Quênia);<br>WOUGNET, CIPESA (Uganda)     |
| <b>Oriente Médio</b>               | <i>MTC</i> (Jordânia); <i>Baraka</i> (Palestina); <i>Info-IST</i><br>(Turquia)   |  |
| <b>Ásia-Pacífico</b>               | <i>Pactok-CCCNet</i> (Camboja); <i>DAK</i><br>(Bangladesh); <i>Ilbom-IndiaLink Bombay</i> ,<br><i>IndiaLink Delhi</i> , <i>Food</i> (Índia); <i>Lanka</i> (Sri<br>Lanka)   | Thai Netizen Network (Tailândia); Open<br>Institute (Camboja); Korean Progressive<br>Network Jinbonet (Coreia do Sul); BFES,<br>VOICE (Bangladesh); Bytes for All (Índia,<br>Paquistão, Bangladesh); DEF, SPACE (Índia);<br>MMfD (Paquistão)   |
|                                    | <i>JCA</i> (Japão); <i>Phil-Email Centre</i> (Filipinas)   | <i>JCA-NET</i> (Japão); Japan Computer Access for<br>Empowerment (JCAFE); FMA (Filipinas)  |
| <b>Oceania e Pacífico Sul</b>      | Pegasus; PlaNet (Nova Zelândia); <i>Pactok</i><br>(Malásia, Indonésia, Papua Nova Guiné, Ilhas<br>Salomão); <i>Pactok-PSDN</i> (Fiji, Samoa<br>Occidental, Vanuatu)  | EngageMedia (Austrália, Indonésia)   |
| <b>Europa Ocidental</b>            | ComLink (Alemanha, Áustria, Suíça e<br>Turquia); <i>Alpin</i> , <i>Demut</i> , <i>Link-Atu</i> , <i>Signale</i><br>(Áustria); <i>KnoopPunt</i> (Bélgica); Antenna<br>(Holanda); NordNet (Países Nórdicos e<br>Bálticos); GreenNet (Reino Unido); <i>GlobeNet</i><br>(França); <i>Pangea</i> , <i>Ipanex</i> , <i>Euskalnet</i><br>(Espanha); <i>ItalyNet</i> (Itália); <i>Connect Ireland</i><br>(Irlanda) | GreenNet (Reino Unido)***; Computer Aid<br>International (Reino Unido + Quênia); Pangea<br>(Espanha)<br><br>*** com atuação no Oriente Médio e Norte da<br>África  |
| <b>Leste Europeu e ex-URSS</b>     | Histria&ZTN (Bálcãs); <i>GreenSpider</i> (Hungria);<br><i>Econnect</i> (Rep.Tcheca); <i>StrawberryNet</i><br>(Romênia); GlasNet (Rússia e CEI); GLUK<br>(Ucrânia); <i>TajNet</i> (Tadjiquistão); <i>SilkNet</i><br>(Uzbequistão)   | BlueLink Information Network (Bálcãs); One<br>World Platform (Bálcãs); Metamorphosis<br>Foundation (Macedônia); StrawberryNet<br>(Romênia)   |

Fonte: LOPES, 1996 e site da Rede APC (<https://www.apc.org>); nomes em itálico correspondem às redes parceiras

Além de Nicarágua e Cuba, chama a atenção a ausência de Equador (EcuaneX) e Uruguai (Chasque) no mapa da APC de 2015<sup>14</sup>, por serem países que, entre os anos 1990 e os primeiros do século XXI, foram guiados pelo movimento regional conhecido como “Guinada à Esquerda”. Neste contexto, estabeleceu-se uma tendência a políticas públicas

<sup>14</sup> Ver em APC Members by Region (novembro de 2015) – disponível em: <https://www.apc.org/en/members>

para inclusão digital e universalização do acesso, numa orientação contra-hegemônica e não-comercial, baseada em demandas locais de desenvolvimento. Por outro lado, observa-se a entrada de novos países desse mesmo espectro, como Venezuela, Bolívia e Paraguai.

Outra “desterritorialização” importante verificada no mapa da APC de 2015 é a da Rússia e Comunidade dos Estados Independentes (CEI)<sup>15</sup>, que 20 anos antes participavam da Associação como membros efetivos por meio da Glasnet e da Gluck (Ucrânia), e das redes parceiras TajNet (Tajiquistão) e SilkNet (Uzbequistão). Naquele ano, nenhum país da antiga URSS aparecia com entidade participante, justamente num contexto em que a Rússia passa a liderar iniciativas de autonomização de redes, conhecimento livre e contestação de políticas excludentes de direitos autorais, posicionando-se geopoliticamente em desafio à regulação de copyright nos Estados Unidos e na União Europeia. Servidores russos hospedam grandes portais de cópia livre de livros e artigos acadêmicos, como o LibGen.io e o Sci-Hub, além de softwares e plataformas na nuvem ou criptografadas contra vigilância, como o aplicativo de chat Telegram e o repositório de arquivos Yandex, o “google russo”. Outra ausência importante é, sem dúvida, a de países do Oriente Médio e Norte da África, em especial aqueles que há poucos anos protagonizaram a “primavera árabe”.

Por fim, vale observar que nos primeiros anos a sede da APC ficava na Califórnia e hoje fica em Johannesburgo, na África do Sul, um deslocamento territorial importante para uma organização que se propõe a “ajudar pessoas a terem acesso à internet onde ela é inacessível” e a “garantir que políticas governamentais relativas a informação e comunicação atendam aos melhores interesses da população em geral, especialmente das pessoas que vivem nos países em desenvolvimento” (About APC, 2015)<sup>16</sup>.

### **Considerações finais**

Para a análise proposta, este artigo resgatou parte da pesquisa de doutorado elaborada na época em que a Internet começava a ser apresentada à sociedade brasileira, quando “rede” virou sinônimo de “teia mundial da informação”, jargão tantas vezes repetido pela mídia. A curiosidade em relação a essa novidade obrigou muitas vezes a se reafirmar que o objeto de estudo em questão era uma outra rede mundial de pessoas, organizações e movimentos sociais que se comunicavam por diversos meios, inclusive

<sup>15</sup> Organização supranacional envolvendo 11 repúblicas que pertenciam à antiga União Soviética (Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, Turcomenistão, Ucrânia, Uzbequistão), fundada em 8 de dezembro de 1991.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.apc.org/en/about>

através de computadores, para articular ações coletivas em torno de problemas e interesses comuns. Uma rede de redes paralela àquela que ajudou a constituir, inclusive tecnologicamente. Historicamente, essas organizações vêm realizando intenso intercâmbio, em diferentes escalas, prioritariamente através das redes de relações interpessoais e interorganizacionais, que se caracterizam pela descentralização, pela indiferenciação de papéis entre fonte e usuário da informação, pela comunicação informal entre os participantes, pela flexibilidade normativa e pela discreta intervenção gerencial.

A comparação entre dois momentos da trajetória da Association for Progressive Communications, separados por 20 anos (1995-2015), evidenciou aspectos de permanência e de mudança. De um lado, a persistência nos propósitos de contra-informação como tática de emancipação, *advocacy* e *empowerment* de populações das periferias do mundo, os chamados “países em desenvolvimento”. De outro, os efeitos dos movimentos históricos recentes na configuração das redes em cada país participante da Associação, notadamente na América Latina e Caribe, na África e no Leste Europeu.

A trajetória de mais de 25 anos das redes que constituíram a APC e outras redes de redes sem fins lucrativos espalhadas pelo mundo indica que a comunicação em rede não é um atributo exclusivo da lógica capitalista globalizada, que predomina nos estudos sobre a Internet, e que é possível atribuir um novo sentido às ideias de “sociedade da informação” e de “sociedade em rede”. Articuladas por diferentes e dispersos nós, elas podem ser vistas como um conjunto de “territórios alternativos” habitados por usuários-cidadãos e usuários-ativistas, em contraposição aos usuários-consumidores e usuários-audiência da Internet dita comercial. Um território-rede em permanente movimento de desterritorialização e reterritorialização, de articulação entre o mundo físico e o virtual, o *online* e o *offline*.

Retomando a tríade de Castells, observa-se que a geografia das redes sem fins lucrativos é formada por uma base técnica disseminada dos centros tecnológicos (como o Vale do Silício) para as periferias do mundo “em desenvolvimento”, que por sua vez apropria-se dela de formas diferenciadas, conforme cada contexto político e sociocultural (aí incluídas as regulações de controle e o nível educacional, por exemplo). Do ponto de vista demográfico, o território-rede alternativo é constituído pelas populações locais “beneficiadas” pelo acesso propiciado pelas redes fomentadas por instituições filantrópicas e/ou de apoio ao desenvolvimento, estrangeiras ou nacionais. Neste contexto, a perspectiva econômica de mercado é substituída pelas políticas de democratização da informação e da

comunicação para o enfrentamento contra-hegemônico da ordem capitalista, ainda que haja circulação internacional de capital para o fomento dessas redes, dentro da lógica *non-profit*.

## Referências

AGUIAR, Sonia. Estudos de audiência das mídias sociais: questões conceituais e metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ULEPICC-BRASIL, 5, 2014, Rio de Janeiro. CABRAL, Eula D.T. et alli (org.). **Anais do 5º Encontro Nacional da ULEPICC-Brasil – União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. CD, p.518-529.

AGUIAR, Sonia. Geografias da comunicação contemporânea: um mapa teórico e empírico do campo. **Contemporânea** (UERJ), Ano 2, v.1, nº21, 2013. Disponível em:

ADAMS, Paul. **The boundless self**: communication to physical and virtual spaces. New York: Syracuse University Press, 2005.

ADAMS, Paul C. *Geographies of media and communication*. Sussex: Wiley- Blackwell, 2009.

\_\_\_\_\_. A taxonomy for communication geography. *Progress in Human Geography*, v. 35, n. 1, p. 37-57, 2010.

BOLAÑO, César; CASTAÑEDA, Marcos; VASCONCELOS, Daniel. Para uma análise do desenvolvimento histórico da internet. In: Bolaño, C.; Herscovici, A.; Castañeda, M.; Vasconcelos, D.. *Economia Política da Internet*. São Cristóvão (SE): Editora-UFS, 2007. Pp.165-225.

CASTELLS, M. A geografia da internet: lugares em rede. In: Castells, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 [2001]. pp.170-202.

COELHO NETO, Agripino Souza. Redes e territórios. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, mai./ago. 2013, p. 19-34. Disponível em:

HAESBAERT, Rogerio. Territórios, redes e aglomerados de exclusão. In: Haesbaert, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6 ed.rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011 [2004].

\_\_\_\_\_. **Territórios alternativos**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2013 [2002]

LEAL, Ana Luiza. O paradoxo da internet. São Paulo: **Revista Exame**, 03/10/2014. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1074/noticias/o-paradoxo-da-internet>. Acesso em 13/07/2016.

LOPES, Sonia Aguiar. A Rede APC. In: **A teia invisível**: informação e contra-informação nas redes de ONGs e movimentos sociais. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Ibict-ECO-UFRJ, 1996. pp.155-165.

MURPHY, Brian Martin. Interdoc: the first international non-governmental computer network.

**First Monday**, v. 10, nº 5 (May, 2005). Disponível em: <http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/1239>

SANGUIN, André-Louis. Fim da geografia ou vingança da geografia? As sociedades humanas entre um mundo liso, um mundo pontudo ou um mundo plano. **Confins** (Online), 22 | 2014. Disponível em: <http://confins.revues.org/9809>.

WIMMER, Miriam; PIERANTI, Octavio Penna; ARANHA, Márcio Iorio. **O paradoxo da internet regulada**: a desregulação dos serviços de valor adicionado no Brasil. *Eptic - Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. v.11, n.3, sep-dic, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/94/66>